

RECURSO ESPECIAL Nº 1.338.709 - MS (2012/0171223-3)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : SICOOB - COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS
SERVIDORES DOS DEPARTAMENTOS DE POLÍCIA FEDERAL
POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL E SERVIDORES PÚBLICOS
FEDERAIS NOS ESTADOS DE MT E MS LTDA
ADVOGADO : DIJALMA MAZALI ALVES E OUTRO(S) - MS010279
RECORRIDO : GUILHERME BARBOSA DE ANDRADE
ADVOGADOS : FÁBIO DE MELO FERRAZ E OUTRO(S) - MS008919
GUILHERME BARBOSA DE ANDRADE (EM CAUSA PRÓPRIA) -
MS020068

EMENTA

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO DEMONSTRADA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA ESTIPULANTE. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Não demonstrada no recurso especial a violação ao art. 535, do Código de Processo Civil de 1973, quanto à matéria impugnada em embargos de declaração, a qual não foi acolhida pelo Tribunal de origem diante da pretensão de apenas mudar o resultado do julgamento.
2. Ainda que a estipulante atue como interveniente, e em regra, não seja responsável pelo pagamento da indenização securitária, em situações excepcionais pode-se atribuída a essa a responsabilidade solidária por mal cumprimento do mandato, que possa acarretar o não pagamento ou o atraso injustificado da indenização. Precedentes. Súm. 83/STJ.
3. Recurso especial não provido.

DECISÃO

1. Cuida-se de recurso especial interposto por SICOOB - COOPERATIVA DE CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DOS DEPARTAMENTOS DE POLÍCIA FEDERAL POLICIA RODOVIÁRIA FEDERAL E SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NOS ESTADOS DE MT E MS LTDA, com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, assim ementado (fls. 697):

EMENTA - EMBARGOS INFRINGENTES EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO

POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - CONTRATO DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO - RESPONSABILIDADE PELO ATRASO NO PAGAMENTO DO PRÊMIO - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA COOPERATIVA - INTEGRANTE DA CADEIA DE FORNECIMENTO DO PRODUTO (SEGURO DE VIDA) - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

No tocante à legitimidade *ad causam*, para que o autor e o réu sejam partes legítimas, é fundamental que, quanto ao primeiro, haja uma ligação entre ele e o objeto do direito afirmado em juízo, ou seja, em princípio deve ser titular da situação jurídica afirmada em juízo, conforme disposto no artigo 6º, do CPC, enquanto que ao réu é preciso que exista relação de sujeição diante da pretensão do autor.

O Código de Defesa do Consumidor impõe a solidariedade na cadeia de produção ou organização dos serviços. Dessa forma, todas as pessoas que tenham participação na inscrição do nome do consumidor no órgão de proteção ao crédito são responsáveis por conta da cadeia de produção ou organização dos serviços.

Recurso conhecido e não provido.

Em suas razões recursais, aponta o recorrente ofensa ao disposto nos arts. 6º, inc. I, e 7º, da Lei 5.764/1971, e art. 757, do Código Civil, 535, inc. II, do Código de Processo Civil e art. 3º, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor.

Sustenta, em síntese: (a) nulidade do acórdão recorrido, pois, não obstante a oposição de embargos de declaração, os vícios apontados não foram sanados acerca da confusão entre a responsabilidade civil da seguradora e da cooperativa de crédito; (b) ser inaplicável o art. 3º, § 2º, do CDC tendo em vista não estar configurada relação de consumo entre as cooperativas de crédito e seus cooperados, posto que não houve operação de mercado.

Não foram apresentadas contrarrazões ao recurso especial, consoante certidão à fl. 730.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 731-732).

É o relatório.

DECIDO.

2. Inicialmente, acerca do artigo 535 do CPC/1973, o Tribunal *a quo* dirimiu as questões pertinentes ao litígio.

Depreende-se das razões do recurso especial, no ponto em que afirma ter havido violação ao art. 535 do CPC, que a recorrente pretendia principalmente o rejugamento da causa, ao argumentar que os embargos de declaração foram opostos junto ao Tribunal de origem em razão da violação dos arts. 6º, inc. I, e 7º, da Lei 5.764/1971, e art. 757, do Código Civil, 535, inc. II, do Código de Processo Civil e art. 3º, § 2º, do Código de Defesa do Consumidor.

O argumento de que o acórdão atacado teria incorrido em negativa de prestação jurisdicional é improcedente. De fato, o Tribunal de origem indicou adequadamente os motivos que lhe formaram o convencimento, analisando de forma clara, precisa e completa as questões relevantes do processo e solucionando a

controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese.

Não há falar, portanto, em prestação jurisdicional lacunosa ou deficitária apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão do recorrente.

3. Prosseguindo, cumpre salientar que o Tribunal estadual condenou a Cooperativa de Crédito a indenização por danos morais no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) "levando em conta os danos causados" ao segurado, em razão dos seguintes motivos (fls. 699-701):

No presente caso o embargante **contratou o seguro de vida** da MAPFRE, **através da embargada**, já que a prática comercial neste caso nos leva a crer que à MAPFRE, ofereceu referido produto a embargante, ou mesmo **a embargante procurou referido produto, para que fosse oferecido a seus cooperados, no intuito de que com o volume alcançado de seguros, poderia conquistar um valor mais baixo nestes, para os cooperados, no caso o embargado.**

Ou seja, a embargada **participou da cadeia utilizada para que o produto (seguro de vida em grupo) da MAPFRE, fosse oferecido ao embargado**, de modo que não há o que se falar em desvirtuação da cooperativa, ora embargante, no exercício de suas atividades, com amparo na Lei Federal n. 5.764/71, pois não resta dúvidas que buscou com isso oferecer o melhor produto e com preços a baixo do praticado no mercado, ao seu cooperado.

Em momento algum veio a embargante a exercer atividade securitária, sendo simplesmente uma "ponte" entre à MAPFRE e o embargado (segurado), atividade esta que da mesma forma não afronta o artigo 757, parágrafo único do Código Civil.

Dessa forma, tratando-se de relação de consumo não há nenhum impedimento no ordenamento jurídico pátrio que a embargante venha suportar esta pretensão indenizatória, pois de acordo com o parágrafo único do artigo 7º do Código de Defesa do Consumidor, todas as empresas que integram a cadeia da relação de consumo são, a princípio, responsáveis solidariamente pelos danos ocasionados ao consumidor: *"Art. 7º (...) Parágrafo único. Tendo mais de um autor a ofensa, todos responderão solidariamente pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo."*

[...]

No caso, resta mais que evidente a legitimidade do recorrente, já que **foi o responsável por ter fornecido contratado o produto com à MAPFRE**, o qual provocou danos morais ao embargado, já que foi a embargante que ofereceu o seguro de vida da MAPFRE ao embargado, como seu cooperado, sem se assegurar de que esta era a melhor empresa do mercado frente ao produto oferecido.

Ademais, vale frisar que estamos diante de uma relação de consumo, que, do contrário do afirmado pelo embargante, se estende sim a sua pessoa, independentemente de ter figurado ou não diretamente no contrato de consumo.

Até porque no presente caso a embargante encontra-se presente no contrato de adesão ao seguro de vida em grupo, mostrando assim seu liame com o negócio jurídico realizado, conforme documento de f. 33.

Não se desconhece o fato de que esta Corte Superior já firmou entendimento de que, em regra, a estipulante não tem responsabilidade pela cobertura securitária, visto que atua apenas como interveniente, agilizando o procedimento de contratação do seguro. Entretanto, por exceção, ela deve responder civilmente **'nos casos em que atua de forma a retardar o pagamento da indenização'**.

No mesmo sentido, confirmam-se os precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ESTIPULANTE. EXCEÇÃO. PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. PRECEDENTES ESPECÍFICOS. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 07/STJ.

1. Conquanto, **como regra, o estipulante não tenha responsabilidade pela cobertura securitária, porquanto atua apenas como interveniente**, agilizando o procedimento de contratação do seguro, **por exceção deve responder de forma subsidiária nos casos em que** seu comportamento cria nos segurados a legítima expectativa de ser a responsável pela indenização, ou **atua de forma a retardar o seu pagamento**. Precedentes específicos.

2. A elisão das conclusões do aresto impugnado, assentando a responsabilidade subsidiária da recorrente, demandaria o revolvimento dos meios de convicção dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da súmula 07/STJ.

3. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(AgRg no REsp 1265230/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/02/2013, DJe 22/02/2013)

=====

SEGURO DE VIDA EM GRUPO. AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DO ESTIPULANTE QUE FOI AFASTADA PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. REEXAME DE PROVA. SÚMULA STJ/7.

1.- Como regra, o estipulante não é responsável pelo pagamento da indenização, por atuar apenas como interveniente, agilizando o procedimento de contratação do seguro, vale dizer, na condição de mandatário do segurado.

2.- Embora não se desconheça que, **excepcionalmente, possa ser atribuído ao estipulante a responsabilidade pelo pagamento da indenização, em razão de mau cumprimento do mandato ou quando cria nos segurados a legítima expectativa de ser ele o responsável por esse pagamento**, na hipótese, as premissas fáticas que conduziram o Colegiado estadual a entendimento diverso não podem ser revistas em âmbito de Recurso Especial, a teor do enunciado 7 da Súmula desta Corte.

3.- *Agravo Regimental improvido*" (AgRg no REsp 1281529/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/03/2012, DJe 29/03/2012).

Assim sendo a pretensão recursal esbarra no óbice da Súmula nº 83/STJ.

Ademais, a elisão das conclusões do aresto impugnado quanto à responsabilidade solidária da cooperativa de crédito pelo fornecimento do produto contratado com a seguradora, **e principalmente quanto à sua atuação de forma a retardar o pagamento da indenização**, demandaria o revolvimento dos meios de convicção dos autos, providência vedada nesta sede especial a teor da Súmula 07/STJ.

7. Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 09 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator

